CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREMERS)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E DE NÍVEL SUPERIOR
EDITAL Nº 2 – CREMERS, DE 30 DE JULHO DE 2026

RETIFICAÇÃO

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREMERS), no uso de suas atribuições legais e com base nos pedidos de impugnação do EDITAL Nº 1 – CREMERS, DE 24 DE JULHO DE 2026, do concurso público para provimento de vagas nos cargos de Médico Fiscal e Agente Fiscal, mais formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do CREMERS, torna pública a **retificação dos subitens 2.1 e 22.3**, conforme a seguir.

## 2 DOS CARGOS

**Onde se lê:**

[...]

**2.1 NÍVEL SUPERIOR**

**CARGO 100: MÉDICO FISCAL**
**REQUISITO**: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e Residência Médica completa em qualquer especialidade. Registro no Conselho Regional de Medicina. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "B" ou superior, conforme arts. 143 e 147 do Código Nacional de Trânsito e Resoluções nos. 168/2004 e 285/2008, do CONTRAN, com pontuação que permita, nos termos da legislação de trânsito, o pleno exercício do direito de dirigir.

**leia-se:**

[...]

**2.1 NÍVEL SUPERIOR**

**CARGO 100: MÉDICO FISCAL**
**REQUISITO**: **Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em qualquer especialidade, e registro no Conselho Regional de Medicina**. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "B" ou superior, conforme arts. 143 e 147 do Código Nacional de Trânsito e Resoluções nos. 168/2004 e 285/2008, do CONTRAN, com pontuação que permita, nos termos da legislação de trânsito, o pleno exercício do direito de dirigir.

---

**Onde se lê:**

[...]

---

## 22.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**100– MÉDICO FISCAL**
**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SISTEMA CFM/CRMs**: 1. Lei Federal nº 3.268/1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina); 2. Decreto nº 44.045 /1958 (Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos regionais de Medicina); 3. Decreto nº 10.911/2021 (altera o Decreto nº 44.045/1958); Resolução CFM nº 2.056/2013. 4. Resolução CFM nº 2.214/2018; 5. Resolução nº 2.217/2018 e atualizações (Código de Ética Médica); 6. Resolução CFM nº 2.336/2023 (Dispõe sobre publicidade e propaganda médicas). 7. Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul; 8. Lei 12.842/2013 – Lei do ato médico; 9. Resolução CFM 2.147/2016 – Diretor Técnico; 10. Resolução CFM 2.062/2013 – Dispõe sobre a INTERDIÇÃO ÉTICA, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica; 11. Resolução CFM 1.980/2011 - Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas PJ; 12. Resolução CFM 2.416/2024 - atos próprios dos médicos, sua autonomia, limites, responsabilidade e juridicidade; 13. Resolução CFM 2.314/2022 –

www.pciconcursos.com.br

regula a Telemedicina; 14. Resolução CFM 2.057/2013 - Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria; 15. Resolução CFM 2.152/2016 - Estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das COMISSÕES DE ÉTICA MÉDICA dos estabelecimentos de saúde; 16. Resolução CFM 2.077/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionam. dos Serviços HOSP de Urgência e Emergência; 17. Resolução CFM 2.019/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionamento das (UPAs) 24h; 18. Resolução CFM 2.271/2020 - Define as UTIs e UCIs conforme sua complexidade e nível de cuidado, a responsabilidade técnica médica e equipe; 19. RESOLUÇÃO CREMERS nº 05/2022 - Regula o exercício da Medicina pelos médicos fronteiriços do Uruguai; 20. Resolução CFM 2.174/2017 – ato anestésico; 21. Resolução CFM 1.886/2008 - normas mínimas para o funcionamento de consultórios médicos e dos complexos cirúrgicos para procedimentos com internação de curta permanência; 22. Resolução CFM 2.226/2018 - Define as clínicas médicas de atendimento ambulatorial.

---

200 – AGENTE FISCAL

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SISTEMA CFM/CRMs: 1. Resolução CFM 1.980/2011 - Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas PJ; 2. Decreto nº 10.911/2021 (altera o Decreto nº 44.045/1958); 3. Lei 12.842/2013 – Lei do ato médico; 4. Resolução CFM 2.019/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionamento das (UPAs) 24h; 5. Resolução CFM 2.056/2013 - Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina; 6. Resolução CFM 2.062/2013 – Dispõe sobre a INTERDIÇÃO ÉTICA, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica; 7. Resolução CFM 2.077/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionam. dos Serviços HOSP de Urgência e Emergência; 8. Resolução CFM 2.147/2016 – Diretor Técnico; 9. Resolução CFM 2.153/2016 - Regulamenta e unifica os parâmetros de fiscalização, vistoria e infraestrutura mínima exigida em consultórios, ambulatórios e hospitais no Brasil; 10. Resolução CFM 2.214/2018 - torna obrigatória a criação do Departamento de Fiscalização (Defis) nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs); 11. Resolução 2.217/2018 e atualizações (Código de Ética Médica); 12. Resolução CFM 2.336/2023 (Dispõe sobre publicidade e propaganda médicas); 13. Resolução CFM 2.416/2024 - atos próprios dos médicos, sua autonomia, limites, responsabilidade e juridicidade; 14. Decreto nº 20.931/1932 -Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil; 15. Lei Federal nº 3.268/1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina); 16. Decreto nº 44.045 /1958 (Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos regionais de Medicina); 17. Lei nº 6.839/1980 - Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões; 18. Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul;

leia-se:

---

22.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

100– MÉDICO FISCAL

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SISTEMA CFM/CRMs: 1. Lei Federal nº 3.268/1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina); 2. Decreto nº 44.045 /1958 (Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos regionais de Medicina); 3. Decreto nº 10.911/2021 (altera o Decreto nº 44.045/1958); Resolução CFM nº 2.056/2013. 4. Resolução CFM nº 2.214/2018; 5. Resolução nº 2.217/2018 e atualizações (Código de Ética Médica); 6. Resolução CFM nº 2.336/2023 (Dispõe sobre publicidade e propaganda médicas). 7. Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul; 8. Lei 12.842/2013 – Lei do ato médico; 9. Resolução CFM 2.147/2016 – Diretor Técnico; 10. Resolução CFM 2.062/2013 – Dispõe sobre a INTERDIÇÃO ÉTICA, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica; 11. Resolução CFM 1.980/2011 - Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas PJ; 12. Resolução CFM 2.416/2024 - atos próprios dos médicos, sua autonomia, limites, responsabilidade e juridicidade; 13. Resolução CFM 2.314/2022 – regula a Telemedicina; 14. Resolução CFM 2.057/2013 - Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria; 15. Resolução CFM 2.152/2016 - Estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das COMISSÕES DE ÉTICA MÉDICA dos estabelecimentos de saúde; 16. Resolução CFM 2.077/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionam. dos Serviços HOSP de Urgência e Emergência; 17. **Resolução CFM 2.079/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionamento das (UPAs) 24h**; 18. Resolução CFM 2.271/2020 - Define as UTIs e UCIs conforme sua complexidade e nível de cuidado, a responsabilidade técnica médica e equipe; 19. RESOLUÇÃO CREMERS nº 05/2022 - Regula o exercício da Medicina pelos médicos fronteiriços do Uruguai; 20. Resolução CFM 2.174/2017 – ato anestésico; 21. Resolução CFM 1.886/2008 - normas mínimas para o funcionamento de consultórios médicos e dos complexos cirúrgicos para procedimentos com internação de curta permanência; 22. **Resolução CFM 2.170/2017 - Define as clínicas médicas de atendimento ambulatorial**.

---

200 – AGENTE FISCAL

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SISTEMA CFM/CRMs: 1. Resolução CFM 1.980/2011 - Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas PJ; 2. Decreto nº 10.911/2021 (altera o Decreto nº 44.045/1958); 3. Lei 12.842/2013 – Lei do ato médico; 4**. Resolução CFM 2.079/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionamento das (UPAs) 24h**; 5. Resolução CFM 2.056/2013 - Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina; 6. Resolução CFM 2.062/2013 – Dispõe sobre a INTERDIÇÃO ÉTICA, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica; 7. Resolução CFM 2.077/2014 - Dispõe sobre a normatização do funcionam. dos Serviços HOSP de Urgência e Emergência; 8. Resolução CFM 2.147/2016 – Diretor Técnico; 9. Resolução CFM 2.153/2016 - Regulamenta e unifica os parâmetros de fiscalização, vistoria e infraestrutura mínima exigida em consultórios, ambulatórios e hospitais no Brasil;

www.pciconcursos.com.br

10. Resolução CFM 2.214/2018 - torna obrigatória a criação do Departamento de Fiscalização (Defis) nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs); 11. Resolução 2.217/2018 e atualizações (Código de Ética Médica); 12. Resolução CFM 2.336/2023 (Dispõe sobre publicidade e propaganda médicas); 13. Resolução CFM 2.416/2024 - atos próprios dos médicos, sua autonomia, limites, responsabilidade e juridicidade; 14. Decreto nº 20.931/1932 -Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil; 15. Lei Federal nº 3.268/1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina); 16. Decreto nº 44.045 /1958 (Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos regionais de Medicina); 17. Lei nº 6.839/1980 - Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões; 18. Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul.

Dr. RÉGIS FERNANDO ANGNES
PRESIDENTE DO CREMERS

PCI Concursos

www.pciconcursos.com.br